



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Moção Nº 117/2023

Processo Número: **18147/2023** | Data do Protocolo: 23/06/2023 14:51:02

Autoria: **Ediane Maria**

Assinaturas Indicadas:

Ementa: **Moção de aplauso à obra audiovisual PUREZA, dirigido por Renato Barbieri e produzido por Gaya Produções Cinematográficas, sobre a história de vida da maranhense Pureza Lopes Loyola, ativista de direitos humanos brasileira reconhecida internacionalmente pelo combate ao trabalho análogo ao de escravizado e tráfico humano.**





Moção

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, com fundamento no artigo 154 do Regimento Interno consolidado, manifesta o seu **APLAUSO** à obra audiovisual **PUREZA**, dirigido por Renato Barbieri e produzido por Gaya Produções Cinematográficas, sobre a história de vida da maranhense Pureza Lopes Loyola, ativista de direitos humanos brasileira reconhecida internacionalmente pelo combate ao trabalho análogo ao de escravizado e tráfico humano.

JUSTIFICATIVA

O filme "Pureza", produzido por Gaya Filmes, dirigido por Renato Barbieri, com roteiro de Renato Barbieri e Marcus Ligocki Júnior, e protagonizado por Dira Paes, retrata e denuncia a perversa condição do trabalho no Brasil, marcado pela sistemática submissão de trabalhadores à condição análoga à escravidão. A obra audiovisual expõe uma realidade perturbadora, provocando reflexão sobre a persistência de formas modernas de escravidão e a urgência de combatê-las.

A história do filme é baseada na vida de Pureza Lopes Loyola, mulher que criou sozinha os filhos no interior do Maranhão e se tornou uma importante ativista de direitos humanos reconhecida internacionalmente. Determinada a encontrar seu filho Abel, que desaparece após partir para trabalhar na supostamente promissora indústria do garimpo, Pureza se integra ao trabalho de uma fazenda que emprega um sistema de aliciamento e cárcere de trabalhadores rurais - a famosa escravidão contemporânea. Enfrentando um poderoso esquema de corrupção, Pureza luta incansavelmente para denunciar os horrores sofridos pelos trabalhadores da fazenda e as tragédias do desmatamento ilegal a partir do que testemunha em sua jornada.

A obra é peça fundamental na visibilização e denúncia do do trabalho análogo à escravidão de um país marcado pela persistência de práticas de exploração que remontam ao seu passado histórico escravocrata.

A história do Brasil se mistura profundamente com os horrores na escravidão, que por mais de três séculos submeteu e torturou milhões de pessoas africanas e indígenas. Último país a abolir formalmente a escravidão, suas consequências ainda estão presentes na vida de nossa população e na estrutura social - posto os ex-escravizados jamais terem sido inseridos verdadeiramente na sociedade brasileira, que segue profundamente marcada pela opressão racial.

O reflexo desse sistema opressivo e explorador se manifesta na persistente produção e reprodução de desigualdades socioeconômicas e raciais até hoje. Enquanto o capitalismo brasileiro se fundou sobre a exploração desumana de trabalhadores negros traficados e de provos originários, essas práticas persistem na atual estrutura do mundo do trabalho de nosso país, se expressando em formas contemporâneas de trabalho que desrespeitam a legislação laboral e na dignidade da pessoal humana.

Atualmente, o trabalho análogo ao de escravizado se caracteriza como forma





de exploração de mão de obra que submete seres humanos a condições degradantes, com jornadas exaustivas, condições laborais insalubres, baixos salários e/ou ausência de remuneração, restrição de liberdade por dívidas e ameaças, e toda uma série de violações aos direitos humanos e constitucionais. Essa prática ocorre, em sua maioria, em setores como agricultura, construção civil, indústria têxtil e trabalho doméstico.

A denúncia de casos recentes de trabalho análogo à escravidão no Brasil demonstra a importância de abordar essa temática e de enfrentar essa questão. Um exemplo é o caso da Fazenda Brasil Verde, no Pará, em 2020, em que mais de 300 trabalhadores foram resgatados de condições análogas à escravidão. Essa fazenda era responsável pela produção de grãos para grandes empresas nacionais e internacionais, demonstrando como o trabalho escravo ainda está presente nas cadeias de produção de alimentos e outros produtos que consumimos diariamente.

Outro exemplo recente ocorreu em 2021, quando mais de 100 trabalhadores foram resgatados de uma carvoaria ilegal em Minas Gerais. Eles viviam em condições precárias, sem acesso à água potável e eletricidade, sujeitos a jornadas extenuantes e desprovidos de qualquer garantia de direitos trabalhistas.

A importância de lembrar e registrar a história da escravização e do trabalho análogo ao de escravizado é essencial para compreender o passado, com o intuito de construir uma sociedade mais justa e igualitária, livre da opressão do trabalhador e das pessoas negras e indígenas. Estudar a trajetória de luta e resistência dos escravos, assim como as formas de exploração que foram utilizadas, permite que os padrões atuais de escravização sejam reconhecidos e combatidos.

Ao revelar a vida de trabalhadores e submetidos à violência física, patrimonial e psicológica, o filme *Pureza* registra a memória de resistência e denúncia que, apesar dos avanços sociais e legais, ainda persiste a realidade da opressão racial e laboral de muitos brasileiros.

Por sua importância histórica e social, o filme brasileiro recebeu, em 1997, o prêmio anti-escravidão da sociedade britânica *Anti-Slavery International*, e em 2023 foi agraciado com o prêmio de herói do Relatório sobre Tráfico de Pessoas pelo Departamento de Estado dos EUA.

Por todos os motivos acima evocados, com o intuito de fortalecer a memória e o combate às formas de exploração do trabalho e ao racismo, formulamos a seguinte MOÇÃO: A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fundamento no artigo 154 do Regimento Interno consolidado, manifesta o seu APLAUSO à obra audiovisual brasileira *PUREZA*, dirigido por Renato Barbieri, e produzido por Gaya Produções Cinematográficas sobre a história da ativista de direitos humanos e contra o trabalho escravo Pureza Lopes Loyola.

Que seja dada ciência desta manifestação à Academia Brasileira de Cinema e à Gaya Produções Cinematográficas, e que seja enviada para seus endereços, respectivamente: Rua Dr. Gabriel dos Santos, 142 - Higienópolis, São Paulo - SP, 01231-011 e Asa Norte CLN 111 BL D Sala 202 - Brasília, DF, 70754-540.

Deputada Ediane Maria - PSOL





Ediane Maria - PSOL



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100300032003600360039003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100300032003600360039003A005000

Assinado eletronicamente por **Ediane Maria** em **22/06/2023 22:01**

Checksum: **200EA0D7BDE30F3C88C969ECC7B628D5607758DCB9D26D986675C1250BDAED98**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100300032003600360039003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.